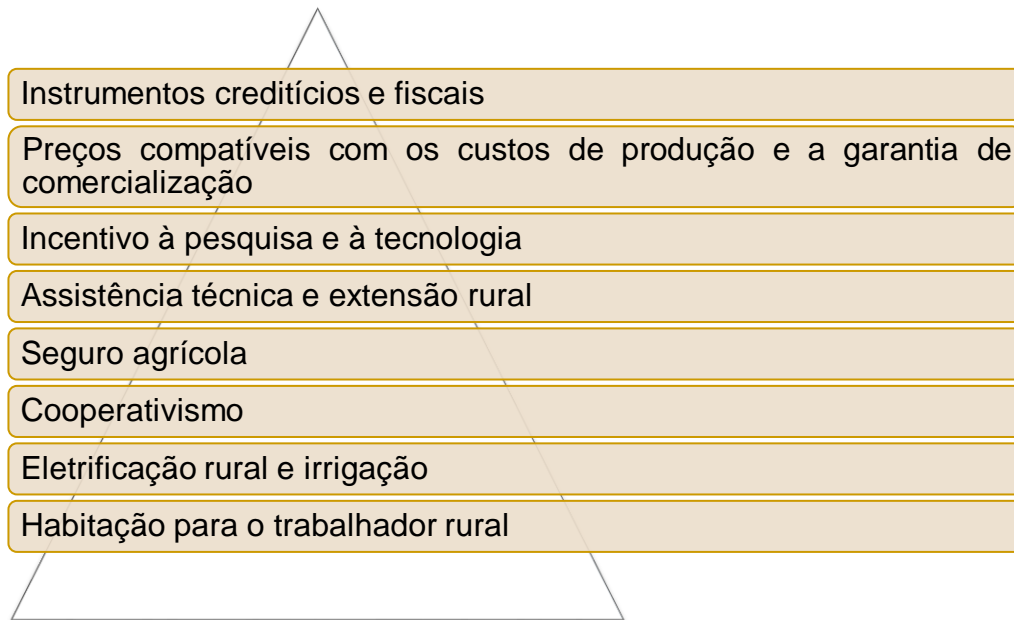




By @kakashi_copiador

RESUMO

A política agrícola deve levar em conta, especialmente:



- Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais
- A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a 2.500 ha, a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional
- Exceção: não dependem de aprovação do Congresso Nacional alienações e concessões de terras públicas para fins de reforma agrária
- Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 anos
- As propriedades rurais e urbanas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão expropriadas. Essas áreas, se forem rurais, serão destinadas à reforma agrária, e, se urbanas, destinar-se-ão a programas de habitação popular

Quais são os pressupostos da política agrícola?

A atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos, onde os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade

O setor agrícola é constituído por segmentos como: produção, insumos, agroindústria, comércio, abastecimento e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às forças de mercado

Como atividade econômica, a agricultura deve proporcionar, aos que a ela se dediquem, rentabilidade compatível com a de outros setores da economia

O adequado abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico-social

A produção agrícola ocorre em estabelecimentos rurais heterogêneos quanto à estrutura fundiária, condições edafoclimáticas, disponibilidade de infraestrutura, capacidade empresarial, níveis tecnológicos e condições sociais, econômicas e culturais

O processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais

Quais são os objetivos da política agrícola?

Promover a saúde animal e a sanidade vegetal

Promover a idoneidade dos insumos e serviços empregados na agricultura

Melhorar a renda e a qualidade de vida no meio rural

O Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais

Sistematizar a atuação do Estado para que os diversos segmentos intervenientes da agricultura possam planejar suas ações e investimentos numa perspectiva de médio e longo prazos, reduzindo as incertezas do setor

Promover a descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando a complementariedade de ações com Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo a estes assumir suas responsabilidades na execução da política agrícola, adequando os diversos instrumentos às suas necessidades e realidades

Promover e estimular o desenvolvimento da ciência e da tecnologia agrícola pública e privada, em especial aquelas voltadas para a utilização dos fatores de produção internos

Possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos da agricultura brasileira

Prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família

Estimular o processo de agroindustrialização junto às respectivas áreas de produção

Eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura

Proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais

Compatibilizar as ações da política agrícola com as de reforma agrária, assegurando aos beneficiários o apoio à sua integração ao sistema produtivo

Promover a concorrência leal entre os agentes que atuam nos setores e a proteção deles em relação a práticas desleais e a riscos de doenças e pragas

Assegurar a qualidade dos produtos de origem agropecuária, seus derivados e resíduos de valor econômico

Quais são as ações e instrumentos de política agrícola?

Planejamento agrícola

Pesquisa agrícola tecnológica

Assistência técnica e extensão rural

Proteção do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos naturais

Defesa da agropecuária

Informação agrícola

Produção, comercialização, abastecimento e armazenagem

Associativismo e cooperativismo

Formação profissional e educação rural

Investimentos públicos e privados

Crédito rural

Garantia da atividade agropecuária

Seguro agrícola

Tributação e incentivos fiscais

Irrigação e drenagem

Habitação rural

Eletrificação rural

Mecanização agrícola

Crédito fundiário

São atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA, vinculado ao Ministério da Agricultura:



Orientar a elaboração do Plano de Safra



Propor ajustamentos ou alterações na política agrícola



Manter sistema de análise e informação sobre a conjuntura econômica e social da atividade agrícola